

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DED

O LÚDICO COMO MEDIAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Maria Eduarda Correa

Lavras – MG

2023

O LÚDICO COMO MEDIAÇÃO NA INCLUSÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Pedagogia, sob orientação de Alexandre Filordi de Carvalho.

Lavras-MG 2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe que não me deu um minuto de paz durante toda a minha graduação, ao meu pai que sempre me incentivava a pegar sempre mais demandas, aos meus melhores amigos, que não deixaram de acreditar nem por um segundo que todos os meus sonhos eram possíveis, e à cada criança que eu atendi por ter dado sentido, cor e propósito à minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai que sempre me deu todo suporte necessário durante a graduação, que sempre esteve presente e preocupado com a minha formação e apoiando os meus sonhos mais malucos. À minha mãe, que eu tinha certeza que me deixaria louca no meio deste processo, mas sempre esteve presente nos momentos de tensão.

Aos meus melhores amigos que não me deixaram desistir mesmo quando pensei que seria impossível entregar esse trabalho a tempo e quando não suportava mais seguraram minha mão, dizendo que tudo daria certo e pra confiar no processo, portanto obrigada, Gabriel Cardoso, Larissa Rocha, David Vieira, Dunia Lasmar e tantos outros que estiveram comigo.

Aqueles que me ensinaram quase tudo que sei, sobre o singular e a importância da diversidade e suas formas, Jennifer Ederer Picon e Lívia Ribeiro.

Ao meu professor e orientador Alexandre Filordi Carvalho do qual tenho certeza que deixei maluco no meio desse processo, mas que se fez sempre presente apesar das turbulências pelo caminho.

E às minhas queridas e amadas crianças que têm dado sentido e propósito à minha vida.

EPÍGRAFE

“Inclusão é o privilégio de se conviver com as diferenças”

(MANTOAN, MARIA)

Sumário

1. INTRODUÇÃO – TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO.	9
2. OBJETIVO	10
3. ESPECÍFICO	10
4. METODOLOGIA DA PESQUISA	10
5. O QUE É INCLUSÃO	11
6. A INCLUSÃO E O PAPEL DO PROFESSOR.....	13
7. A INCLUSÃO ESCOLAR NA ATUALIDADE.....	16
8. O QUE É O LÚDICO	18
9. O BRINCAR.....	21
10. O LÚDICO COMO MEDIAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR.....	22
11. CONCLUSÃO	24
12. REFERÊNCIAS	26

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo pesquisar o papel da ludicidade na mediação da inclusão escolar e explorar como esses conceitos estão inter-relacionados. Esta que pode ser entendida como um elemento fundamental para garantir a inclusão uma vez que o lúdico é um agente capaz de promover a aprendizagem e autonomia, de forma que o indivíduo possa ser um agente ativo e colaborativo da própria aprendizagem, juntamente com a necessidade de se compreender a inclusão e o papel do professor como mediador desse processo. A pesquisa foi realizada por meio de análise bibliográfica e mostrou a importância da ludicidade na mediação da inclusão escolar. Além da participação da família, da gestão escolar e de políticas públicas, é necessário ter estratégias pedagógicas efetivas e assertivas, incluindo a ludicidade, para garantir um projeto educacional inclusivo. Todos esses processos são interdependentes e essenciais para o sucesso do projeto e para o desenvolvimento pleno de suas capacidades.

Palavra – chave: Lúdico, Educação Inclusiva, Brincar.

ABSTRACT

This study has as its objective research the function of ludicity in mediation for school inclusivity and explore how such concepts interconnect. It is understood as a fundamental element to guarantee inclusion seen as ludicity is an agent capable of promoting learning and autonomy, in a way that the individual becomes an active agent and colaborator in their own learning, alongside the need to understand inclusion and the function of the teacher as a mediator of this process. The research was conducted through bibliographic analysis and has shown the importance of ludicity in mediating school inclusivity. Alongside family participation, school management and public policies, it is necessary to have effective and assertive pedagogical strategies, including ludicity to ensure an inclusive educational project. All these processes are interdependent and essential for the sucess of the project and the complete development of its capacities.

Keywords: Ludicity, Inclusive Schooling, Playing

1. INTRODUÇÃO – TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO.

Este tema foi escolhido devido ao meu trabalho como Acompanhante Terapêutica (AT), e o interesse em investigar sobre o brincar/lúdico dentro da dimensão escolar e sua dinâmica. Assim como entender de que maneira é possível conciliar o lúdico dentro do processo escolar, uma vez que as escolas têm dado um maior enfoque nos resultados apresentados do que no processo que ocorre entre ensinar e aprender.

Além disso, indaga-se acerca de que maneira a junção destes dois componentes pode ser benéfico para a inclusão escolar, uma vez que o lúdico como mediador deste processo pode não apenas auxiliar, como pode oferecer o mesmo espaço de aprendizagem, assim focando na diversidade e habilidades a serem aprendidas do que nas dificuldades ali presentes.

A inclusão é um direito garantido pela constituição, e deve ser discutido com maior amplitude, sobre reformas dentro do projeto político pedagógico, do plano de aula, entre outros, pensando na diversidade presente dentro do ambiente escolar e de que forma este pode contemplar a diversidade, garantido não apenas o acesso, mas, a aprendizagem.

Apesar da inclusão ter tido uma visibilidade maior nos últimos tempos, ainda é possível encontrar diversas dificuldades dentro desse processo, uma delas é a falta de preparo do professor em sala de aula para receber esse tipo de demanda, deixando claro não apenas a necessidade de mais políticas públicas que subsidiem esse processo como uma melhora do desenvolvimento curricular para preparar os professores para as singularidades existentes e de que maneira é possível intervir.

Trazendo questionamentos que possibilitam repensar as práticas existentes e de que maneiras estas podem ser direcionadas, pensando que o processo educativo deve trabalhar na direção do respeito às diferenças, sendo um processo acolhedor e que entenda que a diversidade propicia um ambiente mais rico tanto em interações, quando em oportunidades de aprendizagem.

Desta maneira, se torna necessário pensar de que forma pode-se usar o lúdico como estratégias dentro da inclusão escolar, uma vez que este auxilia no processo de construção de identidade, autonomia, independência e sendo um facilitador de aprendizagem. E em razão

disso, gerando diversos questionamentos: O que é educação inclusiva? Por que ela é necessária? Qual o papel do professor na inclusão? Existem políticas e leis que garantam os direitos das pessoas com necessidades especiais? O que é o lúdico, e este pode ser usado como mediação da inclusão? O brincar e o lúdico se diferenciam? Desta forma, sendo um tema que, apesar de amplo visa a contemplar e a direcionar o foco de tais questões, uma vez que a partir do entendimento básico destas, é possível então, não apenas aumentar a visibilidade para essa causa, como esclarecer dúvidas e elucidar os processos formais acerca da educação inclusiva e o lúdico. Ao longo de todo esse processo e na medida do desenrolar de cada tópico tais questões serão respondidas.

2. OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o lúdico como uma forma de mediação para a inclusão escolar, uma vez que ambos podem estar interligados ao processo de ensino e aprendizagem, favorecendo um ambiente mais rico em oportunidades. Assim, como questionar a inclusão e o lúdico dentro das escolas, pensando nas suas representações e formas de serem apresentadas, e de que maneira juntas podem ser agentes da aprendizagem.

3. ESPECÍFICO

- Pensar o que é inclusão e de que maneira esta se apresenta no ambiente escolar.
- Pensar o que é o lúdico e de que maneira pode ser um agente da aprendizagem.
- Entender de que maneira o lúdico e a inclusão podem caminhar juntos.
- Entender a necessidade dos itens citados anteriormente.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa será realizada de forma qualitativa, enfatizando a recepção bibliográfica e as análises derivadas das leituras. Não serão usados dados e análises de pesquisas quantitativas. A ênfase está na tentativa de se gerar conhecimentos novos sem uma aplicação estritamente pragmática e tendo como propósito a identificação de fatores que podem ou não contribuir para os fatos ou fenômenos aqui apresentados, tendo então a sua finalidade como explicar a razão, ou o porquê, aprofundando no conhecimento acerca de também uma realidade teórica.

5. O QUE É INCLUSÃO

A inclusão é um direito de todos, independente de classe, gênero, ou qualquer tipo de diferença, ou seja, não se restringe a apenas um grupo de pessoas. Assim, entende-se a inclusão como sendo, nos termos de FREIRE (2008, p.5) “(...) um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte.”

Sabe-se que a Educação é um direito de todos garantido pela constituição, sendo assim CIRÍACO (2020, p.1) afirma que:

Quando se afirma que “a educação é direito de todos”, faz-se necessário compreender que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo, independente dos fatores físicos e psíquicos. Nessa perspectiva é que se fala em inclusão, em que todos tenham os mesmos direitos e deveres, construindo um universo que favoreça o crescimento, valorizando as diferenças e o potencial de todos.

Pode-se dizer que a educação inclusiva tem diversas definições, onde cada um tem interpretado de uma maneira diferente, ou que tem levado ao seu entendimento de maneira errônea, muitas vezes, de um ponto de vista social é entendido apenas como inserção da pessoa com deficiência no ambiente escolar, sendo que apenas a inserção/integração não é suficiente para garantir as leis, e nem para subsidiar os processos de ensino.

Com relação à garantia à inclusão, durante muito tempo não havia nenhuma lei garantindo os seus direitos, ocasionando a marginalização destes indivíduos quando se voltava para a perspectiva da educação ou socialização. Já que não eram fornecidos os mesmos acessos e as mesmas oportunidades, se analisarmos no século XX e a “fase da segregação”, esta que de acordo com Santos, Reis (2015, p.114) no período de segregação, até os anos de 1960, as pessoas com deficiência eram impedidas de frequentar as instituições de ensino regular sendo privadas da socialização com seus pares devido aos estigmas existentes na sociedade da época.

Ao se pensar em educação e inclusão é preciso compreender que se trata de tornar o conhecimento mais acessível, de uma forma que respeite as particularidades de cada um, gerando oportunidade para todos, independente de sua etnia, classe social, característica física, entre outros. Pensando em contemplar a diversidade existente, participando então de uma sociedade que valide as suas diferenças.

Quando se insere um aluno com necessidades especiais dentro de uma sala de aula, favorece-se não apenas o aumento de repertório e potencialidades deste aluno como dos demais, ao mesmo que aumenta as multiplicidades.

Brito, Teixeira (2020, p. 722) afirmam que “por si só, a inclusão é um meio de romper os paradigmas educacionais, que ficaram registradas no passado, onde a pessoa com deficiência não tinha a oportunidade de visitar a sala de aula regular, e onde não se tinha o intuito de acreditar nas evoluções e capacidades dessas pessoas.”

Portanto, quando se fala de inclusão, pode-se referir aos seus diversos tipos como: social, escolar e digital.

Neste, o foco estará apenas nas duas primeiras, desta forma é possível se perceber então que, a partir do processo de inclusão se torna possível denunciar as desigualdades existentes, mas não basta apenas lutar pelos direitos, também é necessário uma mudança radical dos pensamentos e das atitudes da sociedade, assim como mudanças nas estruturas para que as diferenças sejam respeitadas, uma vez que cada criança tem características e capacidades que são próprias.

Com base nestes aspectos, se torna necessário falar e discutir mais abertamente sobre o tema em questão para que, assim, seja possível abordar/compreender que a diferença é algo positivo e agregador e não uma “falha”, uma vez que em sua maioria está relacionada às diferenças de uma maneira “hostil” e degradante, e não na sua valorização.

É possível perceber que esses pensamentos se apresentem devido à estrutura social em que a sociedade está inserida, onde no primeiro momento as pessoas com algum tipo de necessidade especial eram isoladas, escondidas ou até mesmo mortas por uma crença que justificava a pretensa falta de capacidade, reivindicando, assim, punição por seus atos ou singularidades, sendo “Deus” um agente punitivo mediante aos pecados.

Foi preciso, então, desmistificar e começar a entender que todos têm a capacidade de aprender e que não se tratava de uma “punição” divina, mas uma singularidade que deve ser abordada com respeito e valorização das diferenças. Nesse caso, desaba a visão capacitista e preconceituosa, para dar lugar a um aumento de repertório e vivências com o intuito da

valorização da diversidade.

Mantoan (2013, p.12) afirma que “... aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos.”

Pode-se perceber, então, que a inclusão precisa ser feita além do papel, ultrapassar a linha do politicamente correto e começar a ter ação e ênfase pelas diferenças, utilizando de diversas estratégias para que esses direitos estejam sendo cumpridos e garantidos.

Sendo assim, com base em Freire (2008, p.11) é possível dizer que “com a inclusão, há uma nova forma de compreender as dificuldades educacionais. O problema já não reside no aluno, mas sim na forma como a escola está organizada e no modo com funciona.

Um bom exemplo concerne aos currículos e às metodologias flexíveis que precisam garantir estratégias dentro do plano de aula, a partir de um projeto político pedagógico inclusivo, onde além de se questionar os paradigmas educacionais, devem se atentar para enfatizar o interesse do indivíduo na construção de novas formas de conhecimento, o colocando como agente principal e entendendo que este apresenta os seus saberes próprios de acordo com sua visão de mundo e deve ser ativo na construção dos novos, assim os currículos e as estratégias devem contemplar o que vá de encontro com a singularidade de cada indivíduo.

Em outros termos, não basta garantir os direitos no papel e na maneira de se falar, mas é preciso de um plano de ação que coloque esses direitos em prática, de uma forma que respeite a particularidade de cada um.

6. A INCLUSÃO E O PAPEL DO PROFESSOR

O papel do professor no processo de inclusão é fundamental, uma vez que este é quem vai nortear o processo de ensino e aprendizagem dentro de sala de aula. E é a partir da visão dele que obtem-se as adaptações e a leitura em relação aos objetivos a serem trabalhados, mas, não se pode esquecer que apesar de tudo este processo ainda é um desafio.

Uma vez que não se trata apenas da conduta do mesmo, mas, é preciso políticas públicas

que subsidiem este processo, assim como um currículo adaptado e um projeto político pedagógico, voltado para a diversidade ali existente.

Aprendemos a ensinar segundo a hegemonia e a primazia dos conteúdos acadêmicos e temos, naturalmente, muita dificuldade de nos desprendermos desse aprendizado, que nos refreia os processos de resignificação de nosso papel, seja qual for o nível de ensino em que atuamos. (MANTOAN, 2003, p. 9).

Considerando então, para MANTOAN (2003), formar uma geração dentro de um projeto educacional inclusivo foi fruto da cooperação e o reconhecimento do valor das diferenças. Mas, sendo relevante ressaltar que uma escola inclusiva não desconhece os conteúdos acadêmicos, nem desprezam conhecimento científico, porém, não se restringe a ele fazendo com que os alunos precisem aprender independente de qualquer coisa.

Assim como afirmam, Oliveira, Araújo, Silva (2019, p. 4) “Sendo a educação especial uma área de estudo relativamente nova no campo da pedagogia, muitos professores encontram-se desestabilizados frente às concepções e estruturas sociais no que diz respeito às pessoas consideradas “diferentes”. Isso leva-se a pensar sobre o papel do professor e se este está e se sente preparado para exercê-lo, dado que a inclusão escolar é uma área relativamente nova. Tendo ele então que se adaptar a essa realidade e nova perspectiva, assim precisando reorganizar a dinâmica dentro de sala de aula, sem nenhum auxílio e muitas vezes sem experiência para realizar tal função.

Ao verificar a grade curricular de formação de professores, é possível perceber que este não o prepara totalmente para acolher esta nova demanda, deixando claro a falta de habilidade para este momento, o que faz-se refletir acerca da necessidade de uma grade curricular mais ampla e de formação continuada para um melhor desempenho das funções.

Não é à toa que Gonçalves (2018, p. 27) é enfático ao afirmar que “A formação inicial é a base para o exercício da docência, mas também há a necessidade de uma formação continuada para dar suporte à resolução de conflitos que surgem no espaço da sala de aula”. É diante destes aspectos que conseguimos constatar que “Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos” (Mittler, 2000 *apud* Mantoan, 2003, p. 14).

Para tanto, é necessário ter subsídios que ajudem o professor neste processo, como uma formação mais teórico/prática sobre inclusão, formação continuada, cursos que auxiliem nas práticas e vivências dentro do ambiente escolar. Apesar de o professor regente contar com o suporte de um professor de apoio dentro de sala de aula, é este quem deve guiar todo processo educativo, mesmo muitas vezes não se sentindo preparado para exercer tal função.

Não se tratando apenas da responsabilidade do professor, mas de políticas que o ajude a exercê-la, assim, como é preciso que a escola tenha estrutura e recursos para ajudar nas realizações das atividades propostas.

O que traz a compreensão de que de acordo com Naeyc (2009 *apud* CARVALHO e SCHIDT, 2021, p. 709) ao observar que “de fato, as decisões e as ações, que o professor adota em tempo real em sala de aula parecem ser o preditor mais importante para o que as crianças aprendem, dado que um dos pré-requisitos para um processo de tomada de decisão”.

A dinâmica dentro de sala de aula vai muito além do que se pode imaginar, além das adaptações necessárias da aula e do espaço, do preparo do professor. Não só de maneira teórico-prática, mas, psicológica, do pensar na inserção do aluno. Além das funções que o professor exerce, este ainda precisa planejar o PEI, que é uma sigla para Plano Educacional Individualizado. Trata-se de um documento elaborado por ele a partir de uma avaliação individual do aluno, que serve para levantar informações sobre a criança, como conhecimento prévio, suas potencialidades e habilidades. Fazendo com que a partir deste seja possível adequar estratégias e criar materiais individualizados para cada um assim “garantindo” a aprendizagem.

A partir deste documento é que o professor vai ter recurso para criar estratégias e acompanhar esse indivíduo, para que se possa ter uma mediação e ensino eficazes da sala de aula, garantindo então que:

O professor bem preparado, saberá lidar com as mais diversas situações sem sair de seu foco de mediador do conhecimento. A escola como o todo tem essa necessidade de aprender lidar com o processo de inclusão cujo todos terão o convívio com esse público por isso seria interessante além da formação especializada com o professor da sala, os diretores escolares oferecerem na própria escola pequenas formações com seus funcionários, para que toda a escola possa acolher melhor esse público (BRITO; TEIXEIRA, 2020, p. 726).

Tais elementos nos fazem atentar para a importância de sempre se falar do papel do professor e da educação inclusiva, ainda que as escolas ainda não se encontram preparadas para receber as crianças e fornecer o atendimento necessário, mas ao mesmo tempo olhando pela perspectiva de desenvolvimento de ações que gerem espaço e respostas dentro deste ambiente para a realização dos planos de ação.

7. A INCLUSÃO ESCOLAR NA ATUALIDADE

Muito se discute acerca da importância da educação inclusiva, mas, para isso é fundamental que se entenda um pouco do seu desenvolvimento no decorrer dos anos. Uma vez que ela tem se apresentado como um grande desafio. Já que este não se trata apenas de incluir, mas, garantir o cumprimento dos direitos de cada um.

O movimento de inclusão surge no final da década de 1980, tendo como base o princípio de igualdade e oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Esse movimento mundial tem como preceitos o direito de todos os alunos frequentarem a escola regular e a valorização da diversidade, de forma que as diferenças passem a ser parte do estatuto da instituição e todas as formas de construção de aprendizagem sejam consideradas no espaço escolar.” (BRASIL, 2011, p.33 *apud* GRANDO; BOUERI, 2016, p. 2).

Porém a educação inclusiva só começou a ter a sua fundamentação em 1994, na conferência mundial de educação especial com a Declaração de Salamanca. Esta que começou a definir as políticas, princípios e práticas da educação especial, afirmando que: Toda criança deve ter direito a educação e ter a oportunidade de atingir seu potencial máximo, todas possuem características, habilidades e necessidades únicas, e os sistemas educacionais deveriam levar em conta e considerar toda a diversidade existente e sua amplitude, onde todos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso regular à escola dentro de uma pedagogia centrada na criança e na suas necessidades, entre outros.

A partir deste contexto, foram alcançados diversos direitos e definidos em lei, como em 1996 a LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Em seu Art. 59, observa-se que: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I– currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, conforme cita-se os autores, CARVALHO E SCHIDT:

De acordo com a Secretaria de Educação Básica/ Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (2008), a Educação Inclusiva é uma proposta de ensino fundamentada nos direitos humanos e na equidade de oportunidades, na qual o sistema educacional deve organizar-se para garantir que todos os alunos aprendam juntos e tenham suas especificidades atendidas. (CARVALHO e SCHIDT, 2021, p 708).

Ao observar o cenário anterior, destaca-se a importância de considerar a inclusão escolar atualidade, visto que nem sempre possuiu-se as mesmas propostas de intervenção e visibilidade. Sendo possível notar uma maior movimentação, em prol não apenas de garantia de direitos, mas de qualidade de vida.

Para que se possa assegurar o seu pleno desenvolvimento, dado que “Educação Especial era entendida como uma modalidade paralela ao ensino regular ou, quando estendida para classes regulares, resumia-se ao mero acesso do aluno com deficiência a um espaço comum” (PNEEPEI, 2008 *apud* CARVALHO; SCHIDT, 2021, p. 708).

Em face do cenário atual, notar o aumento de leis e políticas públicas assegurando os direitos das pessoas com necessidades especiais vem sendo um grande passo na busca do respeito à diversidade e necessidade de cada indivíduo. Porém, não basta apenas alguns passos em prol desta mudança, é preciso ir adiante.

Olhando não apenas pela perspectiva de inclusão escolar, mas de inclusão social, ou seja, indo além da inserção do aluno na escola, mas, pensando na mudança da sua estrutura física e social, atendendo indiscriminadamente e se organizando quanto às suas necessidades.

É primordial que se tenha um olhar atento para as práticas dentro de sala de aula e fora dela, refletindo sobre o processo de ensino e aprendizagem e pensando na distância que se tem entre o entender, saber e aprender.

“(…) a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos.” (MANTOAN, 2003, p.12).

Vale ainda lembrar dos direitos básicos das crianças, construídos em leis, tais como: educação de qualidade, acesso à cultura e meios de informação, ter acesso aos direitos sem nenhuma restrição discriminativa, entre outros.

A lei de diretrizes e bases da educação LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Capítulo IV, DO DIREITO A EDUCAÇÃO, artigo 27, afirma:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

Juntamente, com o art. 28 inciso III da LDB – assegura o atendimento educacional especializado, assim, como as adaptações necessárias para o indivíduo e a garantia ao acesso ao currículo em condições de igualdade. (BRASIL, 2015).

É visível a demanda de garantir não apenas a permanência do indivíduo no ambiente escolar, mas sim a sua formação, e possibilitar diversas estratégias para que se possa chegar a esse resultado, garantido a qualidade e não apenas o espaço.

Como pode-se perceber conforme expresso na (LDB) nº 9.394/1996 Cap V - art. 58. inciso I – que afirma ser disponibilizado, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da educação especial. (BRASIL, 2015).

Assim como afirma Mantoan (2003):

Não adianta, contudo, admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir. Ao contrário do que alguns ainda pensam, não há inclusão, quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial. (MANTOAN, 2003, p. 31).

Sabe-se que existem diversas formas de adquirir o mesmo conhecimento, algumas pessoas escrevem, outros precisam ler, existem aqueles que precisam ver algo mais material ou dinâmico, sendo possível, pensar em diversas formas de apresentar o mesmo conteúdo, o que leva a considerar, como o lúdico pode ajudar nesse processo.

8. O QUE É O LÚDICO

Sabe-se que o brincar é um agente capaz de promover a aprendizagem, ajudando não

apenas na construção da identidade e autonomia, como é por meio dele que a criança desenvolve diversas habilidades e experimenta o mundo. Quando se pensa em ludicidade automaticamente pensa-se no brincar ou nos jogos, mas, este não está apenas relacionado aos itens citados anteriormente, também está interligado aos conceitos de autonomia, prazer e espontaneidade.

O lúdico em si, ainda não tem apenas uma definição, mas, esta se encontra relacionada com a sensação de prazer e estar presente com o corpo e mente em determinada atividade.

É possível afirmar que é através da atividade lúdica que a criança desenvolve a habilidade de subordinar-se a uma regra. Dominar as regras significa dominar o próprio comportamento, aprendendo a controlá-lo e a subordiná-lo a um propósito definido”. (LEONTIEV, 1998, p.139 *apud* SILVA, 2016, p. 13).

O brincar está presente desde a infância e permanece durante todo o desenvolvimento da criança, sendo ele fundamental para o seu processo de ensino e aprendizagem, a criança aprende sobre o mundo por meio das brincadeiras, e o adulto entende apenas como um momento de diversão.

Mas, este se trata de todo processo de desenvolvimento, assim como Silva (2016, p. 6) afirma que “o lúdico é bem mais amplo, não se trata apenas do ato de brincar, estão inseridos nesse contexto o ato de ler, a apropriação da literatura como forma natural de descoberta, compreensão e ressignificação das leituras de mundo”.

A criança aprende durante toda a sua infância dentro da brincadeira, passando de brincar com o próprio corpo (mãozinhas e pés), passando a brincadeira para a mãe, depois aos pares, depois sozinho novamente, como no jogo simbólico, onde este consegue representar papéis, criando uma dinâmica diferente, mas trazendo as funções do dia a dia para a sua realidade.

A ludicidade entra então como uma forma de vivência plena da atividade proposta, não necessariamente estando interligada ao brincar, mas, sim ao seu estado pleno de consciência da ação realizada. Para Luckesi:

[...] o que a ludicidade traz de novo é o fato de que o ser humano, quando age ludicamente, vivencia uma experiência plena. [...] Enquanto estamos participando verdadeiramente de uma atividade lúdica, não há lugar, na nossa experiência, para qualquer outra coisa além desta atividade. Não há divisão. Estamos inteiros, plenos, flexíveis, alegres, saudáveis. [...] Brincar, jogar, agir ludicamente exige uma entrega total do ser humano, corpo e mente ao mesmo tempo (LUCKESI, 2000, p. 21 *apud* SILVA, 2015, p. 104).

Conduzindo a acreditar que de acordo com Santos (2000 *apud* SILVA, 2015, p.7), “o desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara um estado interior fértil, facilita nos processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.”

Refletindo no processo dentro da instituição escolar, é possível perceber que existe uma falha neste, pois, o lúdico raramente é usado como ferramenta de ensino e aprendizagem ou como mediação dentro da instituição. Assim como afirma Silva (2015, p. 103):

Deixando claro, a falta do uso do lúdico para o desenvolvimento de atividades, como também quando usado está desvinculado do processo de aprendizagem, com brincadeiras muitas vezes desgarradas do currículo e sem um direcionamento para caminhar junto com as disciplinas, o usando como desenvolvimento pleno.

Entende-se, então, que o lúdico assim como o brincar, são ferramentas de extrema importância e que devem ser usados, dentro de sala de aula. Uma vez que ambos auxiliam no desenvolvimento do indivíduo, na construção de sua personalidade, no desenvolvimento da autonomia, criatividade, percepção de mundo, controle inibitório, relações sociais, preparação para as frustrações/controlar emocional, entre outros.

Em virtude disso, é possível ressaltar que “na brincadeira, as crianças podem pensar e experimentar situações novas ou mesmo do seu cotidiano, isentas das pressões situacionais” (WAJSKOP, 2012, p. 37 *apud* SANTOS; PESSOA, 2015, p. 13).

Desta forma, ajudando não apenas no direcionamento do indivíduo, mas, na mediação dentro do processo de inclusão, uma vez que o lúdico está presente dentro de “toda” infância, mas, antes é preciso quebrar a ideia de que o lúdico e o brincar estão relacionados com a ideia de descanso ou de não estar fazendo nada, quando na verdade ele é essencial

9. O BRINCAR

Quando reflete-se na importância do brincar é indiscutível entendê-lo como ação fundamental para o desenvolvimento integral e pleno da criança. O brincar e o lúdico sempre estiveram presentes neste processo, do mesmo modo que podem ser norteadores da aprendizagem, mas, que não necessariamente se restringem a ela. Sendo tão importante, que se tornou um direito garantido pela Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim, como se pode ver mais para a frente, o brincar é adaptativo, ou seja, ele vai se adaptando e evoluindo de acordo com o progresso da criança, se apresentando primeiro como uma forma de ver o mundo e depois se tornando um processo educativo no caminho. Mas, mesmo sem intencionalidade este pode ser um agente capaz de promover a aprendizagem e ser primordial no processo de construção do sujeito.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e as brincadeiras entre as crianças e dela com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções (BRASIL, 2017, p. 33 apud NASCIMENTO, HERCULIAN, 2020, p. 63).

O brincar permite ao indivíduo experimentar, criar, construir, comunicar e socializar de forma lúdica e prazerosa. É através do brincar que a criança pode aprender sobre si mesma e sobre o mundo que a cerca, além de desenvolver habilidades sociais e emocionais importantes, aprendendo regras, a gerenciar conflitos, a ter consciência corporal, entre outros.

A utilização dos jogos como prática pedagógica na educação inclusiva resulta em grandes benefícios e conquistas para os alunos no que diz respeito à construção de sua aprendizagem, entre elas o aumento da autoestima, pois a criança não se sente constrangida e nem ameaçada. Afinal ela está participando de uma brincadeira, que é um processo de construção e instrumento pedagógico dentro da sala de aula. (SOUZA, CUNHA, ANDRADE, 2019, p. 131).

É possível dizer, então, que o brincar é fundamental. Suas possibilidades são vastas dentro da modificação do cenário atual, sendo uma ferramenta que atua sem distinções e gera oportunidades educativas. É sabido que nem o lúdico, nem o brincar, foram valorizados ao longo das décadas, mesmo sendo dimensões fundamentais para a construção não apenas do indivíduo mas como ferramenta e mediador do processo de inclusão, uma vez que para a criança o brincar é uma necessidade básica que deve ser suprida.

A brincadeira não deveria ser entendida como uma atividade secundária ou como um “mero passatempo” das crianças. Ao contrário, deveria ser valorizada e estimulada, já que tem uma importante função pedagógica. Para que as brincadeiras tenham lugar garantido no cotidiano das instituições. (SOUZA, CUNHA, ANDRADE, 2019, p.130).

Em resumo, o brincar se apresenta como uma fase repleta de descobertas e aprendizados, sendo ele então uma ferramenta fundamental para o seu sucesso e desenvolvimento, uma vez que este transcende as linhas dos preconceitos e capacitismo, tornando o brincar uma necessidade e direito. Deste modo, é importante que as escolas e famílias incentivem as brincadeiras e atividades que ajudem na formação das crianças, para que elas possam desenvolver suas capacidades de forma saudável e plena.

10. O LÚDICO COMO MEDIAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

No contexto escolar, o lúdico pode ser utilizado como um mediador na inclusão de crianças com diferentes necessidades educacionais especiais. A inclusão escolar consiste em garantir que todas as crianças tenham acesso ao mesmo nível de ensino, independentemente de suas habilidades ou limitações. O brincar é uma ferramenta poderosa para alcançar esse objetivo, pois, permite aos alunos interagirem entre si, construir relações saudáveis, aprender uns com os outros e superar barreiras de comunicação e interação.

Além disso, também pode ser usado como uma forma de auxiliar no processo de aprendizagem e na construção da identidade, autonomia, independência e confiança dessas crianças. Ao brincar, as crianças podem explorar, experimentar e desenvolver novas habilidades, o que é fundamental para o seu crescimento e desenvolvimento.

A medida que a criança se desenvolve e começa a avançar dentro de suas etapas formativas, o brincar que antes era muito presente dentro da educação infantil e nas séries iniciais, vai se extinguindo e dando espaço para um processo mais rotineiro e estruturado da aprendizagem. Mesmo o lúdico e o brincar favorecendo a interação entre as crianças, este perde lugar ao longo desse processo. Portanto, no início este é guiado pela própria criança, mas, aos poucos dá espaço para que o adulto direcione todo esse processo, o que faz com que seja possível ser utilizado na escola.

"Por isso é importante procurar conceituar o lúdico, demonstrar sua importância dentro da educação inclusiva como uma metodologia que possibilita mais vida, prazer e significado ao processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que é particularmente poderoso para estimular a vida social e o desenvolvimento construtivo da criança". (NASCIMENTO,HERCULIAN, 2020, p. 58)

Dentro dessas atividades é possível reconhecer as particularidades e as adaptar para a realidade exigida. Facilitando a interação, o diálogo, as trocas de informações e experiências, também possibilitando o contato da criança com ela mesma ao mesmo tempo que associa a aprendizagem e o prazer, que pode gerar um bom resultado no seu processo acadêmico.

Ainda conforme Nascimento e Herculian (2020, p. 57) “no âmbito da Educação Inclusiva há necessidade de atividades lúdicas dentro da sala de aula, pois, potencializam e auxiliam a criança a se desenvolver em diferentes aspectos: cognitivo, físico, psicológico, motor e social”.

Sob tal horizonte, é possível afirmar que o lúdico é uma ferramenta de extrema importância para o ensino e mediador da inclusão, uma vez que este já é inclusivo se apresentando desde o nascimento e ao longo do processo, se adaptando ao longo do crescimento da criança, dando significado às suas experiências, ajudando a criança com necessidade especial a se desenvolver e ser um agente participativo.

A educação lúdica, na sua essência, além de contribuir e influenciar na formação da criança e do adolescente, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente, integra-se ao mais alto espírito de uma prática democrática enquanto investe em uma produção séria do conhecimento. A sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio (ALMEIDA, 1994, p. 41 *apud* NASCIMENTO, HERCULIAN, 2020, p. 69).

Compreende-se mediante as citações anteriores que o lúdico pode ser uma proposta metodológica necessária dentro do processo escolar, uma vez que a escola tem se apresentado cada vez mais uniformizada e excludente, à medida que coloca em prática conteúdos universais que desconsideram as particularidades e necessidades de cada criança, anulando as diferenças no processo, focando apenas nos resultados.

Então, para apresentar um ambiente mais acolhedor e condizente com as singularidades de cada um e visando trabalhar todo seu desenvolvimento seria preciso trazer atividades prazerosas e desafiadoras, mas, que condizem com as diferenças.

Trazendo para a sala de aula uma nova proposta que seja condizente com a realidade de cada um, propondo experiência de uma forma integradora dos aspectos, sejam eles: motores, cognitivos, afetivos ou sociais.

É preciso, então, que se perceba as particularidades de cada criança envolvendo as atividades escolares e o lúdico é uma boa estratégia para esse tipo de atividade, uma vez que por si só é inclusivo, tornando o aprender um processo prazeroso e amplo, podendo então a ludicidade ser um fator primordial para o seu desenvolvimento e acolhimento dentro deste ambiente, já que o lúdico e o brincar tendem a trazer uma sensação de segurança e conforto.

Em resumo, o lúdico e as brincadeiras são elementos fundamentais no processo de inclusão escolar e devem ser encorajados e valorizados para que as crianças possam aprender, se desenvolver e socializar de forma saudável e equilibrada. A utilização do brincar como mediador na inclusão pode ser uma estratégia efetiva para alcançar a inclusão escolar e o desenvolvimento pleno dessas crianças, juntamente com o lúdico, sendo ambas boas estratégias para se trabalhar a mediação dentro da inclusão.

Visando não apenas o desenvolvimento pleno de suas capacidades, mas, a experiência e o seu processo de apropriação da aprendizagem e ajudando no processo de inclusão.

11. CONCLUSÃO

Ao refletir acerca do Lúdico como mediação da inclusão, foi possível elucidar que a inclusão é uma busca do ato de igualdade entre os indivíduos, afirmando suas diferenças, uma vez que estes não tiveram os mesmos direitos garantidos e são dotados de singularidades múltiplas. Convém lembrar que ao se pensar em educação e inclusão é imprescindível que se deixe o conhecimento mais acessível, respeitando todas as particularidades, desmistificando todo esse processo e valorizando a capacidade de cada indivíduo.

Uma vez que cada um tem a sua dinâmica e necessidade na hora de aprender, assim, dentro do âmbito escolar, é preciso ter em mente que a inclusão não é apenas garantir o acesso, mas, a aprendizagem e a partilha sensível de cada um/a. Trazendo currículos e metodologias flexíveis, garantindo estratégias, propondo enfoque maior dentro do projeto político pedagógico e colocando o indivíduo como agente ativo do seu conhecimento.

Em razão disso, é fundamental lembrar que apesar de ser uma demanda grande a educação inclusiva foi abordada como uma necessidade e ganhou um enfoque maior a pouco tempo, o que deixou claro a dificuldade dos professores dentro de sala de aula nesse processo.

Como citado anteriormente, não basta apenas garantir o direito, além de espaço adequado e condutas que sejam inclusivas, é preciso que o professor se encontre preparado para lidar com tal demanda, uma vez que já foi possível entender que este não se sente preparado para isso. Pode-se afirmar, então, que é necessário a existência de políticas que subsidiem todo esse processo, trazendo não só mais prática para dentro do currículo, como formações rápidas para esse tipo de demanda.

Sendo então, necessário que o professor tenha um olhar atento para dentro da sala de aula, tornando uma mudança mais significativa do que se imaginava, não apenas na mentalidade, na formação, na garantia de direitos, na qualidade, na estrutura física dos ambientes, mas, em garantir a aprendizagem e participação dos alunos. O que possibilitou a compreensão sobre o lúdico como mediador dentro deste processo.

Considerando então, que o lúdico é um agente capaz de promover a aprendizagem e ajudar na autonomia e no desenvolvimento da criança, este se mostrou sendo imprescritível no seu uso como ferramenta de ensino.

Apesar de estar relacionado ao brincar, ele não se limita somente a este processo, como citado anteriormente. Entende-se então que esta é uma forma de vivência plena das atividades. Onde se está totalmente consciente da ação que está sendo realizada, focando então no prazer e felicidade no desenvolvimento dessas atividades o que mostra que é indispensável o seu uso de forma direcionada dentro desta perspectiva.

Foi possível, então, compreender que trazer o lúdico com mediação e metodologia não ajuda apenas no desenvolvimento, mas, no processo de ensino aprendizagem. Uma vez que é uma maneira mais ampla e sensível de se chegar a todos os alunos. Ajudando na construção de personalidade, autonomia, criatividade, percepção do mundo, na sua relação com o outro e com si mesmo e a preparar a criança para a vida adulta trazendo uma forma de trabalhar as frustrações e ter controle emocional.

Em resumo, o lúdico e o brincar são ótimas estratégias para este processo, entende-se que este vai além do que foi considerado no começo desta pesquisa, portanto, é preciso usá-lo com mais frequência e intencionalidade dentro das práticas pedagógicas e inclusivas, já que a partir dele que a criança começa aprender, tendo suas primeiras referências de mundo.

12. REFERÊNCIAS

ANDRADE E SILVA, D. A. de. **Educação e ludicidade**: um diálogo com a Pedagogia Waldorf. Dossiê - A pedagogia de Rudolf Steiner em debate • Educ. rev. 0 (56) • Apr-Jun 2015 Disponível: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.41463> - Acesso em 9 fev. de 2023.

BRASÍLIA (DF). **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3298.pdf> Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.394/96. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Acesso em: 18 fev. 2023

CIRÍACO, Flávia Lima. **Inclusão**: um direito de todos. Revista Educação Pública, v. 20, nº 29, 4 de agosto de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>. Acesso em 14 de fev. de 2023.

CUNHA, Karina Miranda Machado Borges. **O lúdico na educação inclusiva: O processo de aprendizagem a partir dos jogos e brincadeiras**. Faculdade Delta, v. 1 n. 28 (2019): A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - Disponível em: <https://www.faculdadedelta.edu.br/revistas3/index.php/gt/article/view/27>. Acesso em 9 fev. de 2023.

DE OLIVEIRA, Fabiola Rolim; DE ARAÚJO, Michael Douglas Batista; DA SILVA, José Lindemberg Bernardo. **O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID9047_28092019222226.pdf - Acesso em 8 fev. de 2023.

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão**. Revista de Educação. Instituto Superior D Afonso III, Vol. XVI, nº 1, 2008, p. (5-20), 2008. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclusão. pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%20%20.pdf). Acesso em 17 fev. de 2023.

GONÇALVES. C. D B. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS** – PB – Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14104/1/CDBG25032019.pdf>. Acesso em 9 fev. de 2023.

LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. CAPITULO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Brasília: MEC, 1996. BRASIL. Disponível: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf. Acesso em 9 de fev.2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como se faz?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENEZES, Eloilla Mirtes da Costa. **O papel do professor no processo de inclusão**. Brasília. 2012. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/4917/1/2012_EloillaMirtesdaCostaMenezes.pdf. Acesso em 8 fev. de 2023.

MORALES, P. V. **A relação professor-aluno - o que é, como se faz**. São Paulo. Editorial y Distribuidora, 2001.

NASCIMENTO, Tatiana Candido.; HERCULIAN, Camila S. C. A. de M. **O lúdico no processo de inclusão**. 2020. Disponível em: https://fatece.edu.br/arquivos/arquivos-revistas/trilhas/volume10_2/Tatiana%20Candido%20do%20Nascimento;%20Camila%20S.%20C.%20A.%20de%20M.%20Herculian.pdf. Acesso em 12 de fev. de 2023.

Santos, Thiffanne. Reis, Marlene. **Educação Especial: Da Segregação à Inclusão ?**.V Semana de Integração: XIII Semana de Letras, XV Semana de Pedagogia e I Simpósio de Pesquisa e Extensão (SIMPEX), 2015, p. (113 - 119), 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Duda/Downloads/5008-Texto%20do%20artigo-14496-1-10-20151015%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Duda/Downloads/5008-Texto%20do%20artigo-14496-1-10-20151015%20(1).pdf). Acesso em 15 de fev. de 2023

SILVA, Dayane Fernandes. **Ludicidade no processo de aprendizagem: Uma análise sobre a visão dos educadores infantis**. 2016. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal da Paraíba.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. UNESCO (1996). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> - Acesso em 8 fev.de 2023.